

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39133	52073/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 13193/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 13193/2025

Local: Rua Dr. Justino Cruz, n.º 145, São José de São Lázaro e São João do Souto

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/37223 de 19 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, propõe-se:

1. A notificação aos proprietários, do imóvel em apreço, nos seguintes termos:

- De acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.
- No âmbito de uma vistoria efetuada ao local em apreço, realizada por técnicos deste Município, nos termos da legislação atrás referida, foi elaborado Auto de Vistoria, de 12/11/2025, cuja cópia segue sob "Anexo I".
- Dado o estado em que se encontra o imóvel em questão, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, elencadas no ponto 4 do auto de vistoria atrás mencionado, pelo que, dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual



- Findo o prazo, sem que V. Exas se pronunciem, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 90 (noventa) dias úteis para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V. Ex^a.
- Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.
- Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença
- Alerta-se V. Ex^a para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

